



Scania Administradora de Consórcios Ltda.

Demonstrações financeiras

31 de Dezembro de 2025

Sumário

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Relatório da administração	6
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	7
Demonstração do resultado.....	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

À Diretoria do
Scania Administradora de Consórcios Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Scania Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2025 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios para o exercício findo nesta data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Scania Administradora de Consórcios Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2025 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Shape the future
with confidence

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.



Shape the future
with confidence

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Rui Borges
Contador CRC SP-207135/O



Relatório da Administração

Scania Administradora de Consórcios Ltda.

Apresentação: Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da Scania Administradora de Consórcio Ltda. (“Scania Consórcio”), relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório do auditor independente, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Desempenho: A Scania Consórcio apresenta um lucro no exercício de 2025 de R\$ 98.129, o que corresponde a R\$ 2,34 por cota do capital social.

Patrimônio Líquido Ajustado (PLA): Conforme Resolução BCB nº 234, de julho de 2022, a Companhia mantém controle rigoroso dos limites de alavancagem e de imobilização de capital. O Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em 31 de dezembro de 2025 é de 0,79 atendendo ao limite de alavancagem máxima de 6,00.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas por esta diretoria em reunião realizada em 31 de março de 2026.

São Bernardo do Campo, 31 de março de 2026.

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo apoio, comprometimento e dedicação e aos nossos acionistas e clientes pela confiança.

A Diretoria



Scania Administradora de Consórcios Ltda.

Balanco patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Dez/ 25	Dez/ 24
Circulante		389.141	319.611
Disponibilidades	2.1.c	204	145
Ao Custo Amortizado			
Instrumentos Financeiros		378.655	308.323
Títulos e valores mobiliários	4	378.655	308.323
Outros ativos		10.282	11.143
Rendas a receber	5	10.282	11.143
Não circulante		278.374	225.457
Ativo fiscal diferido		63.795	50.508
Ativo fiscal diferido	7.b	63.795	50.508
Outros Ativos	5	214.579	174.949
Diversos			
Total do ativo		667.515	545.068

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Scania Administradora de Consórcios Ltda.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Passivo	Nota	Dez/ 25	Dez/ 24
Não financeiro			
Circulante		73.979	78.552
Provisões		64.916	71.154
Provisões para contingências	6.a	20.156	28.359
Outros passivos	6.b	17.901	19.718
Receitas antecipadas	6.b	26.859	23.077
Obrigações fiscais correntes		9.063	7.398
Obrigações fiscais e previdenciárias		9.063	7.398
Não circulante		171.064	142.173
Obrigações fiscais diferidas		84.451	67.553
Passivo fiscal diferido	7.c	84.451	67.553
Provisões		86.613	74.620
Passivos Contingentes	15.b	6.463	5.434
Provisões para contingências	6.a	10.763	9.572
Receitas antecipadas	6.b	69.387	59.614
Patrimônio líquido	8	422.472	324.343
Capital social		42.000	42.000
Lucros acumulados		380.472	282.343
Total do passivo e patrimônio líquido		667.515	545.068

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Scania Administradora de Consórcios Ltda.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e semestre findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	2º Semestre		
		2025	Dez/25	Dez/24
Receitas da intermediação financeira		23.849	43.625	26.600
Resultado de operações com aplicações financeiras títulos e valores mobiliários	2.g	23.849	43.625	26.600
Outras receitas/ (despesas) operacionais		55.415	107.774	97.321
Rendas de prestação de serviços	9	135.386	264.825	230.982
Despesas administrativas	10	(55.137)	(102.609)	(91.039)
Despesas de pessoal	11	(11.196)	(20.148)	(16.754)
Despesas tributárias	12	(21.420)	(40.928)	(37.300)
Outras receitas/ (despesas) operacionais	14	8.601	8.547	13.230
Participação no lucro		(819)	(1.913)	(1.798)
Resultado operacional		79.264	151.399	123.921
Resultado antes da tributação		79.264	151.399	123.921
Imposto de renda e contribuição social	7.a	(25.027)	(53.270)	(42.936)
Provisão para imposto de renda		(14.450)	(33.758)	(26.420)
Provisão para contribuição social		(6.224)	(12.224)	(9.647)
Imposto fiscal diferido		(4.353)	(7.288)	(6.869)
Lucro líquido do semestre/ exercício		54.237	98.129	80.985
Lucro líquido por lote de mil quotas do capital social		1,29	2,34	1,93

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Scania Administradora de Consórcios Ltda.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e semestre findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

	2º Semestre		
	2025	Dez/ 25	Dez/ 24
Lucro Líquido do semestre/ exercício	54.237	98.129	80.985
Lucro Líquido abrangente do semestre/ exercício	54.237	98.129	80.985

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Scania Administradora de Consórcios Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e semestre findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	42.000	201.357	243.357
Lucro líquido do exercício	-	80.985	80.985
Saldo em 31 de dezembro de 2024	42.000	282.342	324.342
Saldo em 31 de dezembro de 2024	42.000	282.342	324.342
Lucro líquido do exercício	-	98.129	98.129
Saldo em 31 de dezembro de 2025	42.000	380.471	422.472
Saldo em 30 de junho de 2025	42.000	326.235	368.235
Lucro líquido do semestre	-	54.237	54.237
Saldo em 31 de dezembro de 2025	42.000	380.472	422.472

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Scania Administradora de Consórcios Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e semestre findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	2º Semestre 2025	Dez/25	Dez/24
Atividade operacional			
Lucro líquido ajustado do semestre	50.228	91.870	74.303
Lucro líquido do semestre/exercício	54.237	98.129	80.985
Ajustes ao lucro líquido	(4.009)	(6.259)	(6.682)
Provisão para Passivos Contingentes	344	1.029	187
Impostos diferidos	(4.353)	(7.288)	(6.869)
Variações patrimoniais	(50.209)	(91.811)	(74.450)
Títulos e valores mobiliários	(39.003)	(70.332)	(78.343)
Outros créditos	(26.547)	(38.769)	(39.864)
Outras obrigações	13.930	12.626	40.441
Impostos pagos	1.411	4.664	3.316
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	19	59	(147)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	19	59	(147)
Aumento/ (Redução) de caixa e equivalente de caixa	19	59	(147)
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre/exercício	185	145	292
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre/exercício	204	204	145

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Scania Administradora de Consórcios Ltda.

Demonstração consolidada dos recursos de consórcio

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Dez/ 25	Dez/ 24
Circulante		2.098.805	1.954.653
Disponibilidades		2.504	2.002
Instrumentos Financeiros	4	638.554	574.056
Outros créditos		1.457.747	1.378.595
Valores específicos		1.457.747	1.378.595
Adiantamento de recursos a terceiros		-	-
Direitos junto a consorciados contemplados		1.455.503	1.376.831
Contribuições a receber em curso normal		1.423.818	1.349.873
Contribuições a receber em atraso		6.422	7.224
Contribuições a receber ajuizadas		25.263	19.734
Bens retomados ou devolvidos		2.244	1.764
Compensação		17.011.570	15.322.218
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		98.346	94.126
Contribuições devidas ao grupo		8.497.384	7.649.513
Consortiados - Bens a contemplar		8.415.840	7.578.579
Total do ativo		19.110.375	17.276.871
Passivo		Dez/ 25	Dez/ 24
Circulante		2.098.805	1.954.653
Obrigações diversas		2.098.805	1.954.653
Obrigações com consorciados		1.408.632	1.336.703
Valores a repassar		7.902	6.646
Obrigações por contemplações a entregar		551.337	502.508
Obrigações com a Administradora		-	-
Recursos a devolver a consorciados		44.743	36.421
Recursos do grupo		86.191	72.375
Compensação		17.011.570	15.322.218
Recursos mensais a receber de consorciados		98.346	94.126
Obrigações do grupo por contribuições		8.497.384	7.649.513
Bens ou serviços a contemplar - Valor		8.415.840	7.578.579
Total do passivo		19.110.375	17.276.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Scania Administradora de Consórcios Ltda.

Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e semestre findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais)

		2º Semestre		
		2025	Dez/25	Dez/24
Disponibilidades no início do semestre/ exercício	Nota	650.238	576.059	606.993
Depósitos bancários		636	2.002	1.540
Aplicações financeiras dos grupos		79.851	71.548	60.176
Aplicações financeiras vinculadas a contemplação		569.751	502.509	545.277
Recursos coletados		1.039.362	2.003.273	1.929.558
Contribuições para aquisição de bens		831.849	1.628.527	1.571.867
Taxa de administração		132.039	254.116	240.811
Contribuições ao fundo de reserva		4.727	9.158	8.539
Rendimentos de aplicações financeiras		37.445	69.545	52.376
Multa de juros moratórios		2.772	5.121	3.868
Prêmios de seguros		3.961	7.240	4.686
Custas judiciais		1.103	1.544	1.087
Reembolso de despesas com registro		15	21	12
Outros		25.451	28.001	46.312
Recursos utilizados		(1.048.542)	(1.938.274)	(1.960.492)
Aquisição de bens		(868.379)	(1.603.702)	(1.617.997)
Taxa de administração		(134.933)	(257.576)	(244.610)
Multas e juros moratórios		(1.297)	(2.403)	(1.998)
Prêmios de seguros		(3.944)	(7.156)	(4.485)
Custas judiciais		(1.266)	(1.539)	(1.437)
Devolução à consorciados desligados		(12.269)	(26.566)	(27.106)
Despesas de registro de contrato		(15)	(21)	(15)
Outros		(26.439)	(39.311)	(62.844)
Disponibilidades no fim do semestre/ exercício		641.058	641.058	576.059
Depósitos bancários		2.504	2.504	2.002
Aplicações financeiras dos grupos	4	87.217	87.217	71.548
Aplicações financeiras vinculadas a contemplação	4	551.337	551.337	502.509

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scania Administradora de Consórcios Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e semestre findo em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais)



1. Contexto operacional

A Scania Consórcio, é uma empresa do Grupo Scania, constituída sob a forma de sociedade limitada, cujo controle direto foi transferido, em dezembro de 2023, pela Scania Latin America Ltda. para a TFS Holding Brasil Ltda., holding consolidadora das empresas do segmento financeiro do Grupo TRATON no Brasil. As operações globais da Scania são controladas pelo Grupo TRATON, cuja participação acionária é detida em última instância pela Volkswagen AG. A sede da Companhia é na Av. José Odorizzi, nº. 151, P36-10 – Portaria 8, Bairro Assunção, em São Bernardo do Campo, São Paulo. As operações da Scania Administradora de Consórcios Ltda., consistem na administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de chassis para caminhões, caminhões-trator, ônibus, chassis para ônibus, motores industriais, motores marítimos fabricados pela Scania Latin América Ltda., mediante cobrança da taxa de administração.

Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas da Administradora e resumidas por meio das demonstrações combinadas (denominadas consolidadas) dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria em 31 de março de 2026.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), observando os preceitos da Lei das Sociedades por Ações, bem como as normas e instruções emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do próprio Bacen e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras do Scania Consórcio, estão em conformidade com os dispositivos estabelecidos pela Resolução BCB nº 2/20, Resolução CMN nº 4.818/20, Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas semestralmente.

A Resolução BCB nº. 02 de 12 de agosto de 2020, do Banco Central do Brasil, consolida as diretrizes contábeis a serem utilizadas pelos grupos de consórcio, que incluem a preparação das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio. Tal normativo dispõe sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras com vigência a partir de janeiro de 2021. As presentes demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com a referida norma

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros. A norma trata da classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, da constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como da designação e reconhecimento contábil das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições autorizadas a operar pelo Bacen. A reclassificação dos instrumentos de proteção passará a ser exigida a partir de 1º de janeiro de 2027, conforme estabelecido pela Resolução BCB nº 352/23.

A Resolução BCB nº 352/23, emitida em 23 de novembro de 2023, consolida os conceitos da Resolução CMN nº 4.966/21 e estende sua aplicação às sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, corretoras de câmbio, administradoras de consórcio e instituições de pagamento reguladas pelo Bacen. Essa norma também detalha os procedimentos contábeis relacionados à avaliação dos fluxos de caixa de ativos financeiros com base no critério de “somente pagamento de principal e juros” (Teste SPPJ), à apuração da taxa de juros efetiva (TJE), à constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito e à divulgação de informações em Notas Explicativas.

A norma trata da classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, da constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como da designação e reconhecimento contábil das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições autorizadas a operar pelo Bacen.

Os impactos contábeis relacionados à implementação da Resolução CMN nº 4.966/21, decorrentes da adoção da Resolução BCB nº 352/23 derivam, principalmente, das mudanças na abordagem de mensuração da Provisão para Perda Esperada. Essa

Scania Administradora de Consórcios Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e semestre findo em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais)



nova metodologia contempla tanto a provisão mínima quanto a provisão adicional. No entanto, a Administração avaliou os impactos da adoção da Resolução BCB nº 352, considerou-os imateriais e optou por não contabilizá-los. Todavia, vale salientar que o monitoramento desses impactos é realizado trimestralmente. Já os efeitos das práticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras conforme sugerido na Resolução BCB nº 352/23, foram efetivamente adotados.

Para fins ilustrativos considerou-se apresentação comparativa para as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 relativamente aos períodos anteriores, optando-se, portanto pela não adoção do art. 102 da Resolução BCB nº 352/2023.

b) Gerenciamento de riscos

A Scania Consórcio trabalha por processos robustos de gerenciamento de riscos e capital que permeiam toda a instituição e que sejam a base das decisões estratégicas para assegurar a sustentabilidade dos negócios. Neste processo estão contemplados principalmente, mas não exclusivamente, os seguintes riscos:

Risco de crédito: A política de crédito e cobrança, estabelece as etapas a serem seguidas para a aprovação dos limites de crédito aplicáveis a cada cliente, preservando a integridade e a independência dos processos. Adicionalmente, a carteira é monitorada visando o gerenciamento do risco advindo da carteira de operações da Scania Administradora, antecipando possíveis tendências e comportamentos da carteira, permitindo o ajuste de parâmetros de aceitação e funcionando como um radar à Diretoria Executiva sobre riscos de crédito de forma individual e agregada.

Risco operacional: É monitorado de forma a permitir a avaliação, controle e mitigação do risco decorrente da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e operações, bem como de falhas nos controles internos, fraudes ou qualquer tipo de evento não previsto, que venha a tornar impróprio o exercício das atividades da Scania Administradora, resultando em perdas inesperadas.

Os riscos são mapeados pela Primeira Linha de Defesa com auxílio da área de Riscos e revisados periodicamente sendo os incidentes de risco operacional registrados e consolidados em um base unificada. Os métodos utilizados são compatíveis com a realidade atual da Scania Administradora e para efeito de capital regulamentar, a Scania Administradora utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

c) Moeda Funcional

A moeda funcional da Scania Consórcio é o Real, sendo que as demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Convergências às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico
Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos
Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa
Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo intangível
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas
Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações
Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 24 - Eventos subsequentes
Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo imobilizado
Resolução CMN nº 4.747/19 – CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda
Resolução CMN nº 4.877/20 – CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 41 - Resultado por ação
Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 46 - Mensuração do valor justo
Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente
Resolução CMN nº 4.975/21 – CPC 06 (R2) – Arrendamento Mercantil

2.1. Principais práticas contábeis



a) Resultado das operações

A partir de janeiro de 2022 a taxa de administração está sendo reconhecida como receita de prestação de serviços de acordo com a Resolução BCB nº 120/21, que exige que seja observado o pronunciamento técnico CPC 47- Receita de Contrato com Cliente, cujo conceito consiste em haver a transferência de serviços prometidos a clientes, no valor que reflita a contraprestação a qual a entidade espera ter direito em troca desses serviços, considerando os termos do contrato e todos os fatos e as circunstâncias relevantes.

A partir de janeiro de 2022, as comissões sobre vendas estão sendo registradas no ativo como despesas antecipadas e apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência.

b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras referente à provisão para devedores duvidosos, passivos contingentes, impostos passivos e ativos e a valorização de ativos financeiros entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a subjetividades inerentes ao processo de sua determinação. A Scania Consórcio revisa as estimativas e premissas semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução BCB nº 2/20, que exige que seja observado o pronunciamento técnico CPC 03 (R2), são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo inicial de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

d) Títulos e valores mobiliários

Representam os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata, demonstrados aos valores originais, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os títulos e valores mobiliários são classificados nos termos da Circular BACEN no 3.068/01, em títulos para negociação, quando aplicáveis, conforme Nota Explicativa no 4.

e) Classificação de Instrumentos Financeiros

Os fluxos de caixa contratuais das operações de crédito e investimento do Scania Banco, são baseados exclusivamente no pagamento de principal e juros, conforme definido pela Resolução BACEN nº 352/23, caracterizando um acordo de empréstimo básico. Utilizando o teste de Somente Pagamento de Principal e Juros (SPPJ), os instrumentos financeiros foram classificados todos com base no método de Custo Amortizado, conforme definido pela Resolução CMN nº 4.966/21.

Os ativos financeiros são classificados e subsequentemente mensurados nas seguintes categorias:

i) Custo Amortizado: aplicável quando o modelo de negócios visa obter os fluxos de caixa contratuais e esses fluxos consistem exclusivamente no pagamento de principal e juros.

ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): utilizado quando o modelo de negócios objetiva tanto a obtenção dos fluxos de caixa contratuais quanto a venda dos ativos, desde que os fluxos de caixa sejam exclusivamente pagamentos de principal e juros.

iii) Valor Justo por meio do Resultado (VJR): adotado quando o modelo de negócios foca na negociação dos ativos ou quando os fluxos de caixa não correspondem apenas a pagamentos de principal e juros.

As designações existentes de ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado foram mantidas e não houve



novas designações.

Hierarquia do valor justo

Ao determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, utilizamos a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: dados não observáveis para ativos e passivos.

Os ativos financeiros cujos fluxos de caixa foram modificados (sem baixa) tiveram seu valor contábil bruto recalculado, de acordo com os requerimentos da BCB nº 352/23, e os efeitos da modificação foram reconhecidos no resultado.

Com relação aos passivos financeiros, a classificação continua essencialmente sem alterações relevantes em relação à norma atual.

Considerando as modalidades de operações realizadas pela Administradora não há custos de transação, originação, tarifas ou comissões que componham a formação da taxa efetiva de juros, uma vez que a Administradora não possui operações de crédito, conforme previsto na referida Resolução.

Perímetro de Aplicação

O modelo de impairment de Ativos Financeiros definido pela Resolução BCB nº 352/23 tem escopo de aplicação mais amplo do que o modelo de perda atualmente utilizado, aplicando-se sobre os Ativos Financeiros classificados nas categorias “custo amortizado”, sobre os instrumentos de dívida classificados na categoria “valor justo através de outros resultados abrangentes”, bem como riscos e compromissos contingentes.

Definição de Ativo Problemático

A Resolução BCB nº 352/23 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

A Administradora possui valores a receber referente a taxa de administração dos grupos de consórcios. Esta taxa de administração se enquadra como um instrumento financeiro e é objeto de avaliação da perda esperada. Quando os modelos de perda indicarem que um ativo se torna problemático, sejam por aspectos qualitativos quanto quantitativos, o reconhecimento de receita é cessado.

Baixa de Ativo Financeiro

Conforme requerido pela Resolução BCB nº 352/23, um ativo financeiro deve ser baixado nos seguintes cenários:

- Os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou
- O ativo financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa.
- O critério de baixa definido pela Administradora, será mediante ao parecer de irrecuperabilidade ou esgotada todas as possibilidades de cobrança.

Impactos Estimados da Adoção das Novas Normas

Não tivemos impactos estimados dos novos normativos frente as demonstrações financeiras na data-base de 31 de dezembro de 2025.

f) Valor justo de ativos financeiros

a. Comparativo do valor contábil e valor justo

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:



	Dez/25	Dez/24
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Cotas de fundos de investimentos abertos (i)	2.396	2.546
Certificados de depósitos bancários (ii)	376.259	305.777
Total	378.655	308.323

A tabela a seguir apresenta a composição da hierarquia dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:

Dez/25					
	Custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários	378.655	378.655	-	-	378.655
Total de ativos financeiros	378.655	378.655	-	-	378.655

Dez/24					
	Custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários	308.323	308.323	-	-	308.323
Total de ativos financeiros	308.323	308.323	-	-	308.323

g) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

Composição das receitas de títulos e valores mobiliários da Administradora :

	Dez/25	Dez/24
Certificado de depósito bancário	43.625	26.600

h) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*, que é reconhecida no resultado do período se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável para ativos não financeiros.

i) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre os rendimentos tributáveis excedentes a R\$ 240 no exercício, e a contribuição social pela alíquota de 9%.

Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os ativos fiscais diferidos sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias



O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

Obrigações legais – fiscais e previdenciárias – referem-se a demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

k) Recebimentos e pagamentos pendentes de cobrança judicial – Outros Créditos e Outras Obrigações

Os saldos existentes em outros créditos e outras obrigações referentes a valores em cobrança de consorciados, denominados “valores pendentes de recebimento e cobrança” e “recebimentos pendentes de cobrança judicial”, respectivamente, referem-se a valores pendentes de recebimento dos grupos de consórcio encerrados, que encontram-se em cobrança judicial e são controlados pela administradora, sendo registrados em conta de ativo com contrapartida no passivo e portanto não gerando qualquer impacto ao resultado da administradora.

l) Recursos não procurados

Os recursos não procurados por consorciados e participantes de grupos encerrados tem um tratamento contábil específico, de maneira independente dos registros contábeis da administradora de consórcio. O Bacen regulamentou o assunto através da Resolução nº 156/2021 que entrou em vigor em 01/01/2022. A Resolução estabelece que, na escrituração dos grupos de consórcio encerrados, as administradoras de consórcio devem registrar os recursos nas adequadas contas de compensação, com a exceção dos recursos não procurados constituídos antes da vigência da Lei nº 11.795/2008, os quais devem permanecer registrados no ativo e no passivo da administradora, sendo R\$ 15.220 (R\$ 22.523 em dezembro de 2024)

m) Classificação de resultado recorrente e não recorrente

Conforme disposto na resolução BCB nº 2, de 12/08/2020, a Scania Administradora de Consórcios classifica o resultado corrente e não recorrente, em notas explicativas, de acordo com a política contábil aprovada pela diretoria, que se baseia na segregação dos eventos não recorrentes que ocorreram e contribuíram para o resultado, que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da Scania Consórcio. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na nota 16.

2.2. Grupos de Consórcio

a) Disponibilidades e Aplicação financeira

Representam o montante dos recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos e recursos em conta vinculada para aplicação diária. Esses títulos e valores mobiliários são registrados pelo preço de mercado do dia, gerando diariamente ganhos ou ocasionalmente perdas líquidas, as quais são registrados ao fundo comum de cada grupo de consórcio, não incidindo sobre os mesmos a taxa de administração da Scania Consórcio. O disposto na Resolução BCB 352/23, não se aplica à escrituração contábil dos grupos de consórcio pelas administradoras de consórcio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto quanto à mensuração das aplicações financeiras, que devem ser mensuradas pelo valor justo, apurado conforme regulamentação vigente.

b) Outros créditos



Direitos junto a consorciados contemplados

Representam os valores a receber dos consorciados já contemplados, devidamente atualizados até a data do balanço. As cotas ajuizadas e em atraso são registradas pelo seu valor histórico.

c) Obrigações com consorciados

Representam as obrigações dos grupos relativos aos recursos recebidos dos consorciados não contemplados para a aquisição de bens, devidamente atualizados até à data do balanço.

d) Obrigações por contemplações a entregar

Representam os valores relativos aos créditos a repassar aos consorciados pelas contemplações, acrescidos das correspondentes remunerações.

e) Valores a repassar

Representado por prêmios de seguros a serem repassados para as seguradoras e a conta encerramento de Grupos.

f) Recursos do grupo

São representados, principalmente, por valores a título de fundo de reserva, rendimentos de atualização financeira, multa e juros de mora recebidos, atualização dos valores a receber de consorciados contemplados e das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

g) Taxa de administração

A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos no ato do recebimento da contribuição, de acordo com o valor do bem atualizado na data do pagamento.

h) Recursos coletados

Representam os recursos coletados desde a constituição dos grupos (ativos), rendimentos vinculados e valores transferidos ao fundo de reserva.

O valor da contribuição mensal para aquisição de bens, recebido dos participantes dos grupos, é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamentos estabelecidos para cada contribuição de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, do fundo de reserva e do seguro de vida, quando autorizado pelo consorciado.

O fundo de reserva, quando aplicável, destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo pelo não-recebimento de prestações.

É constituído na base de 0,5% (0,5% em 31 de dezembro de 2024) sobre as prestações recebidas e pelos rendimentos decorrentes das aplicações financeiras no mercado aberto das referidas prestações. Inexistindo insuficiências, os recursos do fundo de reserva de cada grupo são distribuídos aos consorciados participantes no encerramento do grupo.

i) Recursos utilizados

Estão apresentados desde a constituição dos grupos (ativos) e representam todos os pagamentos realizados.

j) Compensação

Previsão mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber: demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente. O montante é calculado com base no preço do bem vigente na data do balanço.

Scania Administradora de Consórcios Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e semestre findo em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais)



Contribuições devidas ao grupo e suas obrigações do grupo por contribuições: referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final do grupo.

3. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a) Grupos

As aplicações financeiras em cotas de fundos de investimento renda fixa possuem liquidez diária, e totalizam o montante de R\$ 638.554 (R\$ 574.057 em 31 de dezembro de 2024). As cotas de fundos de investimento, nos termos da Carta-Circular Bacen 3.283/2007, são atualizadas pelos respectivos valores das cotas informados pelos administradores.

4. Instrumentos financeiros

a) Administradora

Títulos e valores mobiliários classificados como títulos mantidos até o vencimento no caso de CDB e mantidos para negociação para as cotas de fundo de investimento.

	Dez/25	Dez/24
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Cotas de fundos de investimentos abertos (i)	2.396	2.546
Certificados de depósitos bancários (ii)	376.259	305.777
Total	378.655	308.323

(i) As cotas de fundos de investimento são atualizadas pelos respectivos valores das cotas informados pelos administradores e não possuem vencimento.

(ii) Os certificados de depósitos bancários são atualizados de acordo com as taxas pactuadas entre as partes relacionadas. A instituição tem capacidade econômica para manter estes títulos até o vencimento. O vencimento máximo dos títulos será em 1 ano.

b) Grupos

	Dez/25	Dez/24
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Fundo de investimentos abertos (Nota 4)	638.554	574.056
Total de ativos financeiros	638.554	574.056

5. Outros ativos

Scania Administradora de Consórcios Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e semestre findo em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais)



	Dez/ 25	Dez/ 24
Cotas adquiridas de grupo de consórcio (i)	32.552	18.758
Impostos a Recuperar	321	194
Depósitos judiciais	0	246
Empréstimos a grupos de consórcio	9.708	10.437
Outros Créditos diversos	253	266
Custo Diferido de comissões (ii)	182.027	156.191
Total	224.861	186.092
Circulante	10.282	11.143
Não circulante	214.579	174.949
Total	224.861	186.092

(i) Referem-se a 112 cotas ativas de grupos de consórcios (93 em 31 de dezembro de 2024) administrados pela própria empresa, consoante facultado pela Circular no. 3.432/09.

(ii) Valores reconhecidos como despesa de comissão antecipadas a diferir.

6. Outras obrigações diversas

a) Provisões

	Dez/ 25	Dez/ 24
Provisão para campanha de vendas	17.407	14.601
Provisão para perdas em grupos (i)	10.763	9.572
Outras provisões (ii)	2.749	13.758
Total	30.919	37.931
Circulante	20.156	28.359
Não circulante	10.763	9.572
Total	30.919	37.931

(i) Provisão constituída para cobertura de eventuais insuficiências de saldos no encerramento de grupos de consórcio.

(ii) Provisões constituídas relacionadas a eventuais despesas referente a projetos internos, treinamentos a colaboradores e auditoria.

b) Diversas

Scania Administradora de Consórcios Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e semestre findo em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais)



	Dez/ 25	Dez/ 24
Fornecedores diversos	342	2.654
Obrigações com grupos encerrados consórcio (i)	2.397	2.546
Comissões sobre vendas de cotas consórcio	12.217	11.624
Pagamentos a efetuar (ii)	2.945	2.894
Receita diferida de taxa de administração (iii)	26.859	23.077
Receita diferida de taxa de administração (iv)	69.387	59.614
Total	114.147	102.409
Circulante	44.760	42.795
Não circulante	69.387	59.614
Total	114.147	102.409

(i) Os valores referem-se apenas aos recursos não procurados anteriores à Lei 11.795/2008, de acordo com a IN BCB nº 208, de 15/12/2021.

(ii) Este saldo refere-se, substancialmente a férias, participação em resultados e gratificações a pagar.

(iii) Refere-se a taxa de administração recebidas antecipadamente até 365 dias a diferir.

(iv) Refere-se a taxa de administração recebidas antecipadamente acima de 365 dias a diferir.

7. Imposto de renda e contribuição social

a.1) Demonstrativo de Imposto de Renda e Contribuição Social

	Dez/ 25	Dez/ 24
Despesa de Imposto de Renda - corrente	(33.758)	(26.420)
Despesa de Contribuição Social - corrente	(12.224)	(9.647)
Ativo Fiscal Diferido de Imposto de Renda	(9.190)	(5.051)
Ativo Fiscal Diferido de Contribuição Social	1.902	(1.818)
Total	(53.270)	(42.936)

a.2) Reconciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) estão conciliadas às alíquotas nominais, como segue:

	Dez/ 25		Dez/ 24	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro líquido antes da tributação sobre o lucro e depois da participações	151.399	151.399	123.921	123.921
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(15.034)	(15.034)	(17.272)	(17.272)
Outras adições e exclusões	(15.034)	(15.034)	(17.272)	(17.272)
Lucro real e base de cálculo dos tributos	136.365	136.365	106.649	106.649
Imposto de renda e contribuição social - valores correntes	33.758	12.224	26.664	9.647
(-) Deduções de incentivos fiscais	-	-	(244)	-
Total de imposto corrente	33.758	12.224	26.420	9.647
Imposto de renda e contribuição social sobre adições temporárias	9.190	(1.902)	5.051	1.818
Impostos diferidos	9.190	(1.902)	5.051	1.818
Total imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	42.948	10.322	31.471	11.465
	42.948	10.322	31.471	11.465



b) Ativo Fiscal Diferido

A Administração da Companhia constitui ativos fiscais diferidos relativos a adições temporárias na base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, a compensação depende da natureza do crédito gerado. Os ativos fiscais diferidos são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços.

Os ativos fiscais diferidos apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	Saldo Dez/24	Constituições	Realizações	Saldo Dez/25
Pis e Cofins s/ Taxa de Administração Diferida Res.120	7.649	1.254	-	8.903
IRPJ & CSLL s/ Pis e Cofins s/ TA Diferida Res.120	-	3.027	-	3.027
ISS s/ Taxa de Administração Diferida Res.120	-	4.812	-	4.812
IRPJ & CSLL ISS s/ Taxa de Administração Diferida Res.12	-	1.636	-	1.636
Total	7.649	10.729	0	18.378

Descrição	Saldo Dez/24	Constituições	Realizações	Saldo Dez/25
Diferenças Temporárias				
Provisão para Participação nos Resultados - IRPJ	499	479	(571)	407
Provisão para Auditoria - IRPJ	133	65	(140)	58
Provisão para Recursos Judiciais - IRPJ	1.358	444	(187)	1.615
Receita Diferida Resolução 120 - IRPJ	20.672	3.389	-	24.061
Outras provisões - IRPJ	5.337	(1.454)	(846)	3.037
	31.650	15.193	(13.313)	33.530
Provisão para Participação nos Resultados - CSLL	180	172	(205)	147
Provisão Campanha de Vendas - CSLL	1.314	4.417	(4.164)	1.567
Provisão para Auditoria - CSLL	48	23	(50)	21
Provisão para Recursos Judiciais - CSLL	488	160	(67)	581
Receita Diferida Resolução 120 - CSLL	7.443	1.220	-	8.663
Outras provisões - CSLL	1.736	(524)	(304)	908
	11.209	5.468	(4.790)	11.887
Total	42.859	20.661	(18.103)	45.417
Total Ativo Diferido	50.508	31.390	(18.103)	63.795

Os ativos fiscais diferidos são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores. Não há créditos não ativados no período.

A realização dos ativos fiscais diferidos está estimadas da seguinte forma:

Ativo fiscal diferido	Dez/25				TOTAL
	IRPJ	CSLL	Pis e Cofins	ISS	
Até 1 ano	14.159	5.037	-	-	19.195
De 1 a 2 anos	15.454	5.440	-	-	20.895
De 2 a 3 anos	3.917	1.410	11.930	6.448	23.705
Total	33.530	11.887	11.930	6.448	63.795
Total a valor presente	26.796	9.500	7.966	4.306	48.567

Administração, com base nas suas projeções de resultados, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os ativos fiscais diferidos registrados nas demonstrações financeiras.

Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações nas perspectivas de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

Para fins de cálculo do valor presente o índice utilizado foi a taxa Selic acumulada em 31 de dezembro 2025, com percentual

Scania Administradora de Consórcios Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e semestre findo em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais)



de 15%.

c) Passivo Fiscal Diferido

Descrição	Saldo Dez/24	Constituições	Realizações	Saldo Dez/25
Diferenças Temporárias				
Custo Diferido Resolução 120 - IRPJ	39.049	10.866	(199)	49.716
	39.049	10.866	(199)	49.716
Custo Diferido Resolução 120 - CSLL	14.056	3.912	(71)	17.897
	14.056	3.912	(71)	17.897
Custo Diferido Resolução 120 - PIS E COFINS	14.448	2.463	(73)	16.838
	14.448	2.463	(73)	16.838
Total	67.553	17.241	(343)	84.451

As obrigações fiscais diferidas referem-se as despesas com comissões, de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, e a sua realização ocorrerá no prazo médio da carteira de 43 meses.

8. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é dividido em 42.000.000 cotas de R\$ 1,00 cada. A distribuição de lucros é efetuada por decisão expressa dos quotistas, na proporção de suas cotas.

9. Receita de prestação de serviços

	Dez/25	Dez/24
Rendas taxa de administração de consórcio	248.381	219.819
Outras rendas de serviço	16.444	11.163
Rendas de Multas e Juros	2.545	2.719
Rendas de Taxas Canceladas	2.086	2.582
Rendas de RNP	11.813	5.862
Total	264.825	230.982

10. Despesas administrativas

	Dez/25	Dez/24
Comissões	(37.530)	(41.381)
Campanha de vendas	(49.083)	(30.781)
Comissões e Campanha de vendas (i)	(86.613)	(72.162)
Aluguéis	(920)	(796)
Comunicação	(1.460)	(1.369)
Conservação e manutenção de bens	(6.104)	(4.808)
Promoções e relações públicas e propaganda e publicidade	(1.532)	(2.401)
Viagens	(1.782)	(2.026)
Gastos legais e consultas	(3.049)	(2.274)
Outros	(1.149)	(5.203)
Total	(102.609)	(91.039)

Scania Administradora de Consórcios Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e semestre findo em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais)



(i) As comissões sobre vendas de cotas de consórcio estão sendo registradas conforme disposto na nota explicativa nº 2.1.a. Já a campanha de vendas, tem a finalidade de fomentar a venda das cotas de consórcio.

11. Despesas com pessoal

	Dez/ 25	Dez/ 24
Proventos e Salários	(10.955)	(9.343)
Encargos Sociais	(3.854)	(3.274)
Benefícios Concedidos	(5.339)	(4.137)
Total	(20.148)	(16.754)

12. Despesas tributárias

	Dez/ 25	Dez/ 24
PIS	(4.814)	(4.386)
COFINS	(22.611)	(20.471)
ISS	(13.384)	(12.421)
Outros	(119)	(22)
Total	(40.928)	(37.300)

13. Transações com partes relacionadas

a) Saldo das transações:

	Dez/ 25		Dez/ 24	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Scania Latin América				
Outro créditos e outras obrigações	(189)	-	(163)	(11.798)
Scania Banco S.A.				
Outro créditos e outras obrigações	376.259	43.624	305.777	26.600

b) Remuneração da administração

A Administradora considera como pessoal-chave da administração os Diretores (incluindo o Presidente).

O quadro a seguir demonstra os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros da Diretoria (incluindo o Presidente).

	Dez/ 25	Dez/ 24
Despesa de honorários - diretoria	(1.451)	(1.310)

**14. Outras receitas e despesas operacionais**

	Dez/ 25	Dez/ 24
Provisão de Perdas em Grupos de Consórcio (i)	734	(485)
Resultado de Cotas Próprias	2.097	1.629
Provisão/ Reversão de Processos Judiciais	(1.778)	(779)
Reversão de provisões	7.494	5.216
Total	8.547	5.581

(i) Registra-se o recebimento de insuficiências eventuais de saldos no encerramento de grupos de consórcio.

15. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**a) Ativos contingentes**

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não existiam processos classificados pela Administração como prováveis.

b) Provisão para contingências trabalhistas e cíveis como perdas prováveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante de provisões para contingências trabalhistas é de R\$ 1.152, relativo a 1 processo (R\$ 947 em 31 de dezembro de 2024 relativo a 1 processo). Os processos cíveis somam R\$ 5.310, relativos a 43 processos (R\$ 4.487 em 31 de dezembro 2024 relativos a 39 processos).

	Dez/ 25	Dez/ 24
Saldo no início do exercício	5.434	5.248
Constituições	1.778	676
Realizações	(749)	(490)
Saldo no final do exercício	6.463	5.434

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2025 as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 16 processos de natureza cível e fiscal (24 em 31 de dezembro de 2024), que somam com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes por R\$ 476 (R\$ 550 em 31 de dezembro de 2024).

d) Órgãos reguladores

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Administradora.

16. Resultados não recorrentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não houve resultados não recorrentes para a Administradora.

17. Outras informações (Não auditado)

Em 31 de dezembro de 2025 eram administrados 61 grupos de consórcio (62 grupos em 31 de dezembro de 2024). A taxa de inadimplência total de 5,55% (4,51% em 31 de dezembro de 2024). O total de consorciados ativos é de 19.917 e o total de desistentes e excluídos é de 3.498 (19.775 consorciados ativos e 3.614 desistentes e excluídos em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025 havia 2.973 bens pendentes de entrega (3.320 em 31 de dezembro de 2024).

Scania Administradora de Consórcios Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e semestre findo em 31 de dezembro de 2025.

(Em milhares de reais)



18. Eventos subsequentes

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo. A Administração está acompanhando esse tema e avaliando os efeitos que serão produzidos por esta e futuras regulamentações ainda em tramitação no Congresso Nacional.